

## OS FATORES DE RISCO AO DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA EM CONTEXTOS DE CRECHE PÚBLICA

*Heloisa Cardoso Varão Santos<sup>41</sup>*

*Márcia Maria Dias Reis Pacheco<sup>42</sup>*

### RESUMO

Este artigo apresenta um recorte da dissertação de Mestrado, na área do Desenvolvimento Humano, explorando as representações sociais de professores de creches públicas acerca dos fatores de riscos psicossociais que interferem no processo de desenvolvimento da criança. Essa pesquisa de abordagem qualitativa, por meio do estudo de caso foi realizada em uma creche pública, utilizando-se a técnica de grupo focal para a construção dos dados, cujos resultados foram discutidos a partir da análise de conteúdo de Bardin (2009). Participaram da pesquisa oito professores com experiências na área, contribuíram com seus relatos para a reflexão sobre as conexões entre o ambiente da creche e o familiar. Estudo esse, pautado na teoria de Bronfenbrenner (1998, 2005), por contemplar o desenvolvimento de maneira ampla, focalizado nas interações das pessoas com seus diferentes contextos.

**Palavras - chave:** Desenvolvimento. Família. Fatores de riscos.

## THE RISK FACTORS FOR THE DEVELOPMENT OF THE CHILD IN PUBLIC DAY-CARE CONTEXTS

48

### ABSTRACT

This article presents part of the Master's thesis in the area of Human Development, exploring the social representations of public Kindergartens teachers on psychosocial risk factors that interfere with the child's development. This qualitative research, through the case study was conducted in a public creche, using the focus group technique for the construction of the data; the results were discussed from the Bardin content analysis (2009). The participants were eight teachers with experience in the area, contributed their reports to the reflection on the connections between the nursery environment and family. Study this based on Bronfenbrenner's theory (1998, 2005) by contemplating the development of broadly focused on the interactions of people with their different contexts.

**Keywords:** Development. Family. Risk factors.

<sup>41</sup> Professora Assistente do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Maranhão-UEMA. Mestre em Desenvolvimento Humano pela Universidade de Taubaté, Brasil. E-mail: helocvs@gmail.com.

<sup>42</sup> Professora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Humano: Formação, Políticas e Práticas Sociais - Universidade de Taubaté/SP. Doutorado em Educação (Psicologia da Educação) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil.

## INTRODUÇÃO

O estudo sobre fatores de risco tem como aporte os resultados de pesquisas realizadas por Garnezy (2000) e Rutter (1985) em contextos familiares e escolares, apontando vários elementos estressores, presentes na infância e, classificando-os em fatores de risco, de natureza biológica, que tornam um indivíduo vulnerável, como: a prematuridade, desnutrição, baixo peso, lesões cerebrais, atraso no desenvolvimento e de natureza psicossocial, quais sejam a família desestruturada, o desemprego, a pobreza, a dificuldade de acesso à saúde, a educação e, também, de natureza genética, tais como, pais com desordens afetivas, esquizofrenia, desordens antissociais, hiperatividade, déficit de atenção e isolamento. Todos esses fatores tornam as crianças potencialmente vulneráveis aos eventos estressores, considerados em situação de risco no seu desenvolvimento.

Em meio à complexidade do mundo contemporâneo, cada vez mais a criança em desenvolvimento é exposta a fatores biológicos, cognitivos e psicossociais que a torna vulnerável, e no ambiente escolar os diversos comportamentos se manifestam, sendo percebidos pelos profissionais que ali atuam, em particular pelos professores.

No cotidiano das creches públicas, muitas situações e comportamentos são percebidos pela forma como esses se manifestam em relação ao papel que a família assume nesse espaço de socialização primária e, muitas vezes, as relações parentais movidas pelas condições socioeconômicas, pela falta de apoio social e quebra de elos de relacionamentos podem concorrer para implantação de uma cultura de abandono, transferindo para o espaço escolar responsabilidades que extrapolam as competências desse espaço de socialização primária.

Para Bronfenbrenner (1998, p.191), o desenvolvimento humano é tido como:

[...] o conjunto de processos através dos quais, as particularidades da pessoa e do ambiente interagem para produzir constância e mudança nas características da pessoa no curso de sua vida.

A teoria bioecológica traz uma explicação para o papel dos contextos de desenvolvimento e a maneira como são percebidos pelo indivíduo, e não como existem objetivamente. Isso deixa evidente que o sujeito constitui suas formas de ação em atividade e sua consciência nas relações sociais, o que desfaz a dicotomia social/individual, pois a ação do sujeito é considerada a partir da ação entre sujeitos, e o sujeito só é sujeito no contexto

social. Assim, o psicológico só pode ser compreendido nas suas dimensões: social, cultural e individual.

Bronfenbrenner (2005, p.9) afirma que “[...] os aspectos do meio ambiente mais importantes no curso do crescimento psicológico são, de forma esmagadora, aqueles que têm significado para a pessoa numa dada situação”.

Nesse aspecto Bronfenbrenner (2005, p.46) afirma que:

Ao longo do curso de vida, o desenvolvimento humano acontece através de processos de interações recíprocas progressivamente mais complexas entre um organismo humano ativo, em evolução biopsicológica, pessoas, objetos e símbolos no seu ambiente externo imediato.

Destaca por sua vez, a influência dos ambientes ecológicos no processo de desenvolvimento, visto se constituírem âmbitos de interação e possibilitarem o acesso a oportunidades de crescimento nos momentos de estabilidade e instabilidade dos contextos nos quais as pessoas estão inseridas.

Fica evidenciada a influência do contexto sobre o ciclo vital, expressos em traços e comportamentos que caracterizam a pessoa e os processos que se estabelecem nos ambientes em que vivem, pois em qualquer relação há reflexos e feedbacks mútuos entre as pessoas, que, conseqüentemente, produzem efeitos sobre o ciclo vital dos sujeitos envolvidos no processo de desenvolvimento.

O espaço da escola é propício a interações significativas no desenvolvimento da criança na aprendizagem e socialização de modo a promover a autoestima, autoconfiança e a autonomia da criança. Portanto, focalizar o microsistema (escola) leva a identificação dos fatores de risco, segundo a visão dos professores.

Ao reconhecer as instituições “creches” como ambiente bioecológico de desenvolvimento, por constituírem-se como instituições que cuidam e educam crianças de 0 a 3 anos de idade, essas, de certa forma apresentam, as características de microsistema definidas por Bronfenbrenner (1998, p. 36) como:

Ambiente onde a pessoa em desenvolvimento estabelece relações face-a-face estáveis e significativas tendo como características: reciprocidade (o que um indivíduo faz dentro do contexto de relação influencia o outro, e vice-versa), equilíbrio de poder (onde quem tem o domínio da relação passa gradualmente este poder para a pessoa em desenvolvimento, dentro de suas capacidades e necessidades) e afeto (que pontua o estabelecimento e perpetuação de sentimentos - de preferência positivos - no decorrer do processo), permitindo em conjunto

vivências efetivas destas relações também em um sentido fenomenológico (internalizado).

Antes da criança acessar as instituições de Educação Infantil ela convive com seus familiares e absorve costumes, hábitos que interferem nas suas ações durante a sua permanência na escola, daí a importância de pesquisar a influência da família como espaço de socialização primária em estudos pertinentes aos fatores de riscos ao desenvolvimento da criança.

## 2 OS FATORES DE RISCO AO DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA

O conceito de fatores de risco ao longo dos anos esteve atrelado à visão biomédica, restringindo-se a área da saúde física e mental, evidenciando sempre às causas de diversas doenças ou aos efeitos desastrosos de determinados produtos químicos ou de atividades que causam sequelas no ser humano.

Na visão biomédica o fator de risco está relacionado ao termo mortalidade que segundo Grünspun e Sapienza (2003), foi somente a partir da década de 1980, com a publicação de diversas pesquisas, que o termo veio associado aos estudos sobre desenvolvimento humano, daí Hargety e Cool (2000) associarem o termo “fator de risco” aos estudos sobre desenvolvimento humano, passando a investigar e avaliar sua influência no desenvolvimento de crianças, com vistas a organizar intervenções nos espaços de interações.

Os estudos realizados por Reppold e Hutz (2002) Garmezy (2000), Rutter (1985), Hutz, Koller e Bandeira (2007), Yunes e Szymanski (2000), sobre fatores de riscos trazem aspectos convergentes em relação ao seu conceito, que é apresentado como “variáveis ambientais”, “eventos estressantes da vida”, “características pessoais”, condições ou situações associadas a “alta probabilidade de ocorrência, negativa ou indesejável”, que pode comprometer a saúde, o bem-estar e o desempenho social do indivíduo, inibindo, de certa forma, as possibilidades de desenvolvimento integral.

Os pesquisadores brasileiros Hutz (2000), Koller (2006), Grünspun e Sapienza (2006) trouxeram contribuições sobre a concepção de fatores de riscos, e apontaram aspectos recorrentes de “eventos negativos de vida”, “eventos estressores de natureza física e emocional”, “variáveis ambientais” com a probabilidade de interferir no atraso do desenvolvimento e no comportamento, portanto, a exposição a esses fatores de risco deixam a

pessoa em condição de vulnerabilidade, impossibilitando as respostas satisfatórias quando em situação de estresse.

Hutz (2000, p. 35) afirma que: “[...] os fatores de risco são eventos negativos de vida que, quando presentes, aumentam a probabilidade do indivíduo apresentar problemas físicos e emocionais” o que é reforçado por Haggerty et al. (2000) quando afirmam que os fatores de risco tornam a pessoa potencialmente vulnerável e sujeita aos estressores de natureza biológica e psicossocial e classifica-os em psicossociais, quando relacionados a desvantagens socioeconômicas, famílias desorganizadas; e riscos genéticos, quais sejam: esquizofrenia, hiperatividade, déficit de atenção, desordem afetiva.

Ramey (1998) denomina os fatores como variáveis ambientais, os quais repercutem nas crianças portadoras de determinados atributos biológicos com maior probabilidade de apresentar distúrbios ou atraso no desenvolvimento, porém, Haggerty et al. (2000) conceituam fatores de risco como predisposição para a vulnerabilidade expressa no comportamento.

A exposição aos fatores de risco, como bem explicada por Melo (1999, p. 4),

[...] afeta negativamente o desenvolvimento da criança e do adolescente trazendo problemas, principalmente de comportamento, pois os riscos psicossociais, principalmente quando combinados, tendem a modelar o repertório infantil tanto no desenvolvimento de problemas comportamentais e emocionais quanto na aquisição de comportamentos inadequados.

Reppold e Hutz (2002, p.56) define fatores de risco como:

[...] eventos estressantes da vida, considerados como quaisquer mudanças no ambiente que induzem a um alto grau de tensão e interferem nos padrões normais de resposta do indivíduo, têm sido associados a uma grande variedade de distúrbios físicos e mentais.

Tal afirmativa permite, portanto, o entendimento de que os fatores de risco presentes aumentam a probabilidade da criança desenvolver uma desordem emocional ou comportamental e esses fatores, por incluir atributos biológicos e genéticos da criança e/ou da família, bem como atributos da comunidade, exercem influência no ambiente em que vive.

Além dos estressores citados, as pesquisas realizadas por Kuczynski e Assumpção (2008) decorrem das constantes mudanças de residência, insatisfação com a quantidade de tempo que os pais passam com os filhos, mudança constante de cuidadores, medo da

separação dos pais e mudança nos padrões econômicos, desta forma a angústia e a solidão ficam acentuadas pelas razões citadas.

Dentre os riscos assinalados por Kuczynski e Assumpção (2008) há aqueles que não são suscetíveis às intervenções, pois estão relacionados aos aspectos culturais já cristalizados e aos eventos estressantes como ansiedade materna e qualidade da interação mãe e filho, podendo melhorar ou reverter com as intervenções psicológicas.

O estudioso ainda faz referências às perdas e à separação causadas pelas precárias condições de vida, e registra mais fatores de risco referentes à criança, sendo a falta de vínculo parental, distúrbios evolutivos, crianças separadas da mãe ao nascer, doença ou prematuridade, crianças nascidas com malformações congênitas ou doenças crônicas (como retardo mental, anormalidades físicas, hiperatividade), ainda, baixo desempenho escolar e evasão.

Dessa forma, o conceito de risco assumiu um caráter flexível e dinâmico, na medida em que situações que se configuram para alguns sujeitos como risco, no sentido de promover consequências negativas sobre o seu desenvolvimento, para outros, tais situações não impactam negativamente sobre seu desenvolvimento, podendo, ao contrário, configurar-se como indicador de proteção.

### 3 A FAMÍLIA E O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA

A família é uma das primeiras instâncias de socialização presente em todas as sociedades, que em conjunto com outras instituições busca assegurar a continuidade e o bem-estar dos seus membros, portanto, tem a incumbência de proteger e cuidar dos seres sob a sua responsabilidade, principalmente as crianças que dependem dos adultos para sobreviverem.

Como instituição ela é responsável pela transmissão de valores, crenças, ideias e significados e exerce uma forte influência no comportamento das pessoas, especialmente das crianças, que aprendem imitando os adultos e deles recebendo proteção.

Diante disso, Ceconello e Koller (2003, p. 517) citam, como importante na teoria bioecológica que:

[...] os aspectos definidos no processo proximal para que o desenvolvimento ocorra, quais sejam: o engajamento da pessoa em uma atividade; a interação em uma base relativamente regular; um período estável de tempo com atividades progressivamente mais complexas; reciprocidade nas relações interpessoais; e a

interação recíproca, através de objetos e símbolos presentes no ambiente imediato que estimulem a atenção, exploração, manipulação e imaginação da pessoa em desenvolvimento (CECCONELLO; KOLLER, 2003 p. 517).

O ser humano, ao nascer em um sistema familiar, recebe todas as influências culturais do momento em que vive, acrescidas das informações transmitidas através das gerações e necessita, então, poder elaborar, em si mesmo, os novos comportamentos, ideias, sentimentos e valores.

Os conflitos interparentais frequentes provocam uma mistura complexa de adversidades crônicas, eventos estressantes e acúmulo de riscos, além de outros aspectos que dão origem aos estressores advindos de mudanças de escola, de professor, convivência com situações novas e outras figuras que exercem autoridade na escola.

As transformações tecnológicas, sociais e econômicas no contexto brasileiro, segundo Távora (2003), têm favorecido mudanças na estrutura, organização e nos padrões familiares e alterado as expectativas da família no exercício do seu papel fundamental de formação da pessoa.

Sem dúvida, as diversas facetas da globalização têm causado profundas modificações no mundo do trabalho, assim gerado a precarização das relações com certa instabilidade ou mesmo desregulamento dos direitos, desafiando os paradigmas clássicos e refletindo nas formas de organização familiar. Nesse sentido, Bilac (2003, p. 28) afirma que:

[...] em tempos turbulentos a crise política, social e econômica interfere na constituição da família, enquanto contexto primário de socialização, no qual se desenvolvem padrões de socialização, normas e regras, independentemente de como ela é constituída, é nela que se espera que ocorra o processo de socialização primária, com a formação de valores.

Os estudos realizados por Sarti (2003) mostram que é na família que ocorrem os fatos básicos da vida: nascimento, a união entre os sexos e a morte, mas na atualidade o difícil é compatibilizar a individualidade e a reciprocidade familiares numa sociedade em que os papéis sexuais e as obrigações entre pais e filhos não estão mais preestabelecidos, portanto, a divisão sexual das funções, o exercício da autoridade e as questões pertinentes aos direitos podem ser negociados e revistos, uma vez que as escolhas dizem respeito à identidade de cada pessoa.

A família tem sido citada em muitas pesquisas como fator desencadeador de riscos, devido às situações de conflitos, geradoras de violência, abusos físicos em que a situação de estresse é visivelmente percebida nas atitudes dos cuidadores, que utilizam em grande escala comportamentos de controle e de punição nas interações com os filhos, por considerarem que o autoritarismo em si denota o exercício da autoridade.

Da mesma forma observa-se que, se a criança fica à mercê de comportamentos pouco construtivos de pais, quando não demonstram envolvimento afetivo, o que segundo Yunes (2001), pode trazer prejuízos para o desenvolvimento da criança, concorrendo para aumentar a sua vulnerabilidade nos diversos contextos sociais. Em contrapartida, há pais socialmente habilidosos, que estabelecem um ambiente familiar acolhedor, organizam ambientes favoráveis aos mecanismos de proteção diante de fatores ameaçadores aos quais, usualmente, as crianças estão expostas.

Em linhas gerais, vem sendo dada importância às interações e relações sociais saudáveis como indicadores de saúde mental e de desenvolvimento nas pesquisas sobre desenvolvimento humano e destacam a necessidade da atenção que a criança merece receber das figuras centrais do microsistema familiar.

Hintz (2001) afirma que na família hierárquica, o homem detinha o poder e o controle de todos os membros da família e cabia à mulher o espaço doméstico, onde exercia seu poder, mas permanecendo à sombra do senhor absoluto. Segundo a legislação brasileira, a partir de 1943 a mulher casada passou a ter o direito de trabalhar fora de casa sem a necessária autorização do marido, desde que este não pudesse prover sua subsistência ou a de seus filhos.

Para manter essa hierarquia entre os membros da família, Hintz, (2001) comenta que os assuntos familiares importantes eram tratados entre os pais sem a presença dos filhos, a aproximação física como manifestação de afeto era resguardada e contida. Tudo era impregnado de rituais formais e distantes, como modo de demonstrar o respeito dos filhos pela posição dos pais.

As mudanças do contexto sociocultural geraram flexibilidade nas formas de organização familiar, mesmo assim os pais não perderam suas funções primárias, especialmente a de oferecer a educação aos filhos, sem perder de vista que as relações entre pais e filhos necessitam cada vez mais serem próximas, com mais diálogo e expressões de afeto, sobretudo quando o tempo de convivência com a criança se apresenta reduzido.

Como todo relacionamento humano é permeado de emoções, vontades, decisões, o diálogo e o respeito devem existir para que sejam mais ricas e envolventes as relações, e a família possa exercer as funções que lhes são pertinentes.

Laing (1983, p. 349), ao tratar das funções da família, escreve:

[...] a família com estrutura fantástica, não é um objeto interiorizado, mas sim um conjunto de relações que foi interiorizado, ou seja, a totalidade do sistema ou grupo formado por pessoas que se relacionam entre si, por parentesco e/ou por se considerarem pertencentes àquele contexto. Tais relações, idealmente, se caracterizam por união e por influência recíproca direta, intensa e duradoura.

As pesquisas de Szymanski (2000, p. 9) numa comunidade de baixa renda da periferia de São Paulo, confirmaram os efeitos da discriminação social através das práticas educativas defensivas, geradas na negatividade e medo de serem alvo de discriminação, o que levou os pais a adotarem práticas violentas para evitar que os filhos se tornassem “marginais”. Comprovou, também, que as dificuldades econômicas causavam um clima de irritabilidade e tensão que os levava a adotar comportamentos punitivos, arbitrários e inconsistentes, causando irritabilidade, crises de birra, negativismo e sentimentos de inadequação nas crianças.

Percebe-se que os dados do estudo realizado por Szymanski (2000) guardam consonância com a afirmação de Brofenbrenner (1998), ao situar a família como um contexto de desenvolvimento que apresenta efeitos cumulativos ao longo do tempo, no modo como age com seus filhos e interfere no tipo de desenvolvimento psicológico da criança que é afetado.

Nesse sentido, ressalte-se o que afirma Szymanski (2000, p.36):

[...] pela ação recíproca entre os ambientes mais importantes nos quais a criança circula (ex.: família/creche; família/escola); pelo que ocorre nos ambientes frequentados pelos pais (ex.: trabalho, organizações comunitárias); pelas mudanças e/ou continuidades que ocorrem com o passar do tempo no ambiente em que a criança vive, e que têm efeito cumulativo.

Com a mudança ocorrida na dinâmica familiar, os cuidados com as crianças foram transferidos aos avós, babás, vizinhos, enquanto os pais trabalham fora ou mesmo quando não apresentam condições de assumirem os filhos, os parentes mais próximos passam a assumir as responsabilidades dos pais. Nessa relação, presencia-se muitos conflitos de geração, deixando evidente, interferências positivas e também negativas, sem falar no poder das mídias e dos

objetos, resultantes do avanço tecnológico que integram o cotidiano das famílias e modificam o relacionamento e a comunicação familiares.

A família e a escola, enquanto contextos de desenvolvimento, recebem influências de determinantes históricos, sociais, culturais, econômicos, políticos e, na perspectiva histórico-cultural, defendida por Vygotsky (1983), as funções superiores de pensar, falar, agir, ter consciência das coisas, muito antes de se tornarem funções da pessoa, foram relações entre pessoas, portanto, a construção do saber na criança, passa pela mediação dos adultos, porque já possuem a significação das coisas.

Segundo Romanelli (2000), por conta das mudanças e avanços observados nos últimos anos, as relações de autoridade e poder na família, espaço de relações e prática dos direitos e deveres têm sido afetados, e os pais sentem-se inseguros, impotentes diante de tantos desafios e solicitações, isso tem gerado também o individualismo dos filhos e a falta de vivência grupal que incide nas relações afetivas.

Segundo Bauman (2004), na era dos avanços técnico-científicos, o tempo vai ficando cada vez mais curto em decorrência da preocupação com o acúmulo de bens. Assim, os relacionamentos ficam comprometidos, chegando a expressar certa falência de autoridade dos pais.

A misteriosa fragilidade dos vínculos humanos, o sentimento de insegurança que ela inspira e os desejos conflitantes (estimulados por tal sentimento) de apertar os laços e ao mesmo tempo mantê-los frouxos, é o que este livro busca esclarecer, registrar e apreender (BAUMAN, 2004, p. 8).

As relações entre pai e filhos acabam refletindo a lógica consumista, sendo caracterizadas pela instabilidade, em oposição à solidez tão presente nas relações pai e filhos em tempos atrás. Isso impossibilita o estabelecimento da confiança, também concorre para essa instabilidade o predomínio de uma simetria nas relações, ou seja, todos possuem lugares iguais, sem distinção entre os papéis exercidos por cada um.

#### 4 CARACTERIZAÇÃO DO CONTEXTO DA PESQUISA

A Creche onde foi realizado o estudo é de natureza Comunitária, conveniada com a Secretaria Municipal de Educação de São Luís - MA. Foi criada para atender às necessidades dos filhos de associados do Clube de Mães do bairro Turu. Atualmente, estão matriculados 92

alunos de 1 a 3 anos e 59 alunos em pré-escola de 4 e 5 anos, sendo a maioria filhos de empregadas domésticas, que trabalham no bairro e residem em outras localidades.

A Creche atende as crianças em tempo integral, mesmo sem as condições de espaço favoráveis à realização de atividades diversificadas, uma vez que a área de convivência é muito pequena para acolhê-las nos horários de recreação coletiva.

Na seleção dos sujeitos para a pesquisa considerou-se a experiência de oito professoras, com idade variável entre 20 a 40 anos, sendo 6 com atuação em creche, entre 1 e 5 anos de docência e dois com experiência entre 6 a 10 anos, mais uma coordenadora pedagógica, que juntos interagiram relatos de suas experiências e discussões sobre fatores de risco no contexto escolar.

No âmbito da pesquisa social, utilizou-se a técnica do Grupo Focal para a construção dos dados, por permitir aos sujeitos maior liberdade de expressão e participação efetiva, assim como possibilitou a discussão dos temas “fatores de risco” e papel da “família”, usando imagens e produzindo desenhos como forma de incentivo à discussão, permite, ainda, compreender as diferenças e divergências, as contraposições e contradições nas representações dos professores sobre tais fatores de risco no desenvolvimento da criança.

Powell e Single (apud GATTI, 2005, p. 7) definem grupo focal como “[...] um conjunto de pessoas selecionadas e reunidas por pesquisadores para discutir e comentar um tema, que é objeto de pesquisa, a partir de sua experiência pessoal”.

Gatti (2005, p.11) explica sobre trabalho dos grupos “focalizado” e que este envolve uma atividade coletiva, conforme a passagem seguinte:

[...] O trabalho com grupos focais permite compreender processos de construção da realidade por determinados grupos sociais, compreender práticas cotidianas, ações e reações a fatos ou eventos, comportamentos e atitudes, constituindo-se uma técnica importante para o conhecimento das representações, percepções, crenças, hábitos, valores, restrições, preconceitos [...] permite também a compreensão de ideias compartilhadas por pessoas no dia-a-dia e dos modos pelos quais os indivíduos são influenciados pelos outros.

As reuniões ocorreram quinzenalmente, num total de quatro encontros de três horas cada um, os quais geravam discussões sobre os fatores de risco presentes nos contextos proximais, ou seja, família e escola a fim de identificar os eventos estressantes que poderiam interferir no processo de desenvolvimento da criança.

Esse estudo permitiu identificar as Representações Sociais dos professores de uma creche pública acerca dos fatores de risco ao desenvolvimento da criança e perceber as interações que se processam entre os membros do grupo sobre os eventos estressores, promovendo a explicitação de posturas, os princípios, às reações, modo de pensar e de agir, confirmando as ideias de Gatti (2005).

Foi possível conhecer as diferentes manifestações do grupo de professores sobre fatores de risco, criança, direitos, família, bem como as ideias partilhadas e aceitas por seus membros. Por tratar-se de questões pertinentes a comportamentos e atitudes, a pesquisa foi desenvolvida com outras técnicas complementares.

## 5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

O estudo das representações sociais na área da Psicologia Social se configura como um caminho promissor, que vai além da investigação sobre aquilo que os sujeitos pensam, percebem, compreendem sobre os fenômenos estudados.

Os estudos sobre a primeira infância, segundo Kuczynski e Assumpção (2008) têm concentrado a atenção em riscos relacionados à mortalidade infantil, nutrição e saúde. Entretanto, nesta pesquisa, as representações de fatores de risco e as ideias expressas pelos professores são riscos predisponentes, caracterizados pela vulnerabilidade psicossocial, pois as primeiras experiências, a resposta ao estresse e as influências socioculturais deixam marcas para toda a vida da pessoa.

Ao serem questionados sobre os fatores de riscos, percebidos por meio do comportamento manifestado pelas crianças da Creche, procederam à associação das palavras e de termos usados para classificar e caracterizar as ideias dos professores, conforme o que se diz a seguir:

Tenho notado pouca afetividade, punição e agressão física quando a escola faz alguma reclamação; já houve até espancamentos e também já observei na minha sala a demonstração de pais que preferem um filho e demonstram indiferença para com o outro. (P5).

Observo tantas ameaças ao desenvolvimento da criança a começar pela desnutrição e pobreza, ficam comendo besteira, pois nem os pais sabem direito o que é alimentação boa para as idades e a situação de pobreza, nem permite comprar mesmo, né? (P6).

Um risco é comparado à violência porque deixa marcas que refletem na sala de aula, pois eu tenho um aluno muito agressivo, morde as outras crianças e fica dizendo que vai matar o colega, pois ele é brabo, mesmo, e ninguém gosta dele, mesmo porque

ele é muito ruim... Chega me dá até medo e tem hora que ele tá muito zangado e tira a concentração de todas as outras crianças. (P7).

Tem criança aqui que não respeita ninguém e se acha o rei do mundo e a gente vê que também não tem respeito pelos pais que acham engraçadinho as respostas dos filhos e até dizem: ele é assim mesmo em casa, em todo lugar. Eu acho que a falta de limite e indisciplina é causada pelos pais que não sabem dar ordens, impor limites, dizer não e assegurar a ordem. (P8).

As opiniões envolvem atitudes, enfim, retratam manifestações diversas, as quais estão ancoradas em conceitos de família nuclear, papel da família no processo educativo e, ainda, a negligência e a falta de maturidade dos pais chegam a comprometer as relações estabelecidas na instância primária de socialização que é a família.

A concepção de fatores de risco para os professores está ancorada naquilo que lhes é familiar, enraizado em conceitos antigos como a ameaça, o perigo, a falta de respeito aos direitos de estudar, de brincar, enfim, aquilo que impede algo bom acontecer dentro da normalidade e a objetivação como forma de dar visibilidade a essa ameaça, ao perigo é a maneira como a criança se comporta na creche e como é tratada como um ser incompleto, um vir a ser que dão visibilidade através das expressões usadas no tratamento diário que, ora são tidos como vítimas e ora como transgressores dos limites, impostos através de combinados ou pela carga de agressividade.

Os professores afirmaram ainda que:

A sociedade já expõe a criança aos fatores de riscos e cada dia fica mais difícil educar crianças em meio aos perigos que vão desde acidentes domésticos, agressões dos pais, falta de cuidados e falta de carinho dos pais, até a agressão ou abandono, pois acho que é porque ninguém tem tempo para a criança e ela fica ligada na TV, aprendendo o que é favorável e também desfavorável ao desenvolvimento humano. (P1).

Há muitos riscos relacionados à família, como: falta de apoio emocional, falta de preparo dos pais para educar os filhos, deixam as crianças entregues a terceiros, muitos são criados pelos avós, pois são filhos gerados na experiência de “ficar”, nas baladas. (P3).

Falta de afeto e atenção dos pais, devido às ausências do lar e as desavenças na família, chegando até a separações, agressões físicas, palavrões, então na escola elas mandam ver aqueles palavrões de forma bem natural. (P4).

Os conflitos familiares, a falta de limites decorre em grande parte da falta de maturidade do casal em relação à imposição de limites para a criança. A falta de dar ordens ou estabelecer regras, essas crianças chegam aqui na Creche e não respeitam as normas e se acham os donos do mundo. Separação dos pais e as brigas na família deixam as crianças ansiosas, tristes e agressivas. Elas sentem a ausência dos pais devido à indiferença e à falta de acompanhamento das atividades pedagógicas”. (P5).

Os depoimentos dos professores asseguram que as relações estabelecidas entre crianças com problemas de comportamento e seus genitores são caracterizadas, em sua maioria, por práticas coercitivas, denominadas por Dessen e Polonia, (2004) como práticas disciplinares inadequadas, carregadas de hostilidade, indiferença, negatividade, restrição emocional, pouca afetividade e apoio, tudo isto são aspectos que podem ser observados nos depoimentos dos professores.

Há evidências de que crianças com dificuldades de socialização na Creche refletem os comportamentos apreendidos no contexto familiar, visto à fragilização das funções parentais na contemporaneidade em decorrência de determinantes históricos, socioculturais e econômicos que interferem na multiplicidade de comportamentos dos pais, conforme aponta Zanetti (2008), em estudos realizados sobre os efeitos da fragilização de papéis parentais no comportamento de crianças em ambiente escolar.

Dentre os aspectos observados nas falas dos professores destaque-se ainda:

A preferência demonstrada pelos pais por um dos irmãos e a falta de cuidados com o corpo e alimentação da criança, a falta de atenção e de demonstração de carinho, pois tratam como se a criança não tivesse emoções. (P7).

A falta de maturidade das mães ao deixarem os filhos sob a responsabilidade de terceiros ou convivendo com adultos (avós, tias e tios), participando das conversas interessantes para o adulto e sem companhia para brincar, fantasiar, imaginar, enfim, ser criança. Além da falta de atenção e acompanhamento em relação à alimentação, ao banho, deixando os cuidados básicos sobre a responsabilidade da escola. (P8).

Há pais que tratam os filhos de forma diferenciada, demonstrando carinho e atenção quando se dirigem a um deles com palavras e grosserias, diferenciando o tratamento quando se dirigem ao outro. Observou-se a preferência demonstrada por um em detrimento do outro. Isso tem causado muita insegurança por parte da criança que se sente discriminada. (P1).

As pesquisas realizadas no final da década têm mostrado a ruptura do equilíbrio entre autoridade e afeto em relação aos filhos, acontecida antes mesmo da satisfação plena de suas necessidades básicas de afeto e disciplina interna, consideradas fundamentais para a autodeterminação futura. Essa ruptura precoce pode criar carências que dificilmente serão compensadas na vida (GRÜNSPUN e SAPIENZA, 2003).

Há também, muitos outros aspectos que dão origem aos “eventos estressores”, quase sempre advindos de mudanças de escola, de professor, de bairro ou residência, que mobilizam a criança a conviver com situações novas e novas figuras a exercerem a autoridade na escola, com o depoimento a seguir:

Há mãe que faz todas as vontades das crianças e quando falamos que as crianças não obedecem e não cumprem as regras estabelecidas pela escola ela apenas sorri e afirma que em casa eles são assim mesmo e que não pode fazer nada para mudar o jeito delas serem. (P2).

Na minha sala tem uma criança de nome [...] que não obedece ninguém e só faz aquilo que está no seu querer. Todos os dias trazem brinquedos para a sala e mesmo conversando com os pais eles permanecem com a mesma atitude permissiva, deixando a criança livre para fazer tudo que sente vontade, inclusive bater nos colegas e gritar com todo mundo, sentindo-se “o dono do mundo”. O ruim é que as crianças já estão imitando, pois acham bonitas as atitudes. (P4)

Vê-se que as dimensões contidas nessa fala referem-se à “falta de maturidade”, à “negligência” por parte de uma mãe que deixa as crianças de 3 e 4 anos assumirem o comando de tudo, sem nenhum limite, além de transferir para a escola a responsabilidade de assumir, sozinha, a função de educar, cuidar e disciplinar seu filho. Tal constatação confirma a fragilidade das relações entre pais e filhos e o descaso com as noções de respeito e autoridade, aspectos que devem caracterizar a assimetria da relação adulto-criança.

Os estudos realizados por Dessen e Polonia (2004) comprovam que os comportamentos caracterizados como totalmente permissivos podem produzir efeitos danosos quanto ao auto regulamento das emoções ou promoção no reforço de comportamentos agressivos.

A Professora 4 desenhou uma cena relacionada à atitude específica de uma determinada criança que está em fase de adaptação, visto ter sido transferida de outra comunidade. Portanto, fez a narrativa do desenho assim:

Percebe-se que há pais que não impõem limites, pegam as coisas dos colegas, destroem todos os brinquedos, esperneiam, gritam e mordem os outros. Os pais se omitem a intervir de forma atenciosa e enérgica. Limitando-se a confirmar que as crianças agem assim porque foram criados pelos avós. As crianças estudam em salas diferentes, mas apresentam o mesmo comportamento. (P6).

A fala dessa professora chama a atenção para uma questão importante sobre a presença da família na vida dos filhos, compartilhando os erros e os acertos, aprendendo juntos, assim a criança vai dividindo responsabilidades, o que é confirmado por Dias (2007), ao assinalar a importância da convivência dos filhos com os pais, uma vez que o distanciamento entre pais e filhos pode produzir sequelas de ordem emocional e reflexos no seu desenvolvimento.

Os depoimentos das professoras, em grande parte, apontam a família como alvo desencadeador de fatores de risco psicossociais, fatores de risco de ordem econômica, relacionados às condições de vida da família, portanto, destacam a pobreza dos pais, a baixa escolaridade da mãe e o desemprego são relacionados ao contexto familiar: abandono afetivo, desestruturação familiar; discórdia na família; separação dos pais; maus tratos físicos privação de cuidados maternos; maus tratos emocionais; ausência dos pais; agressões no lar; pais usuários de drogas e conduta negligente dos pais.

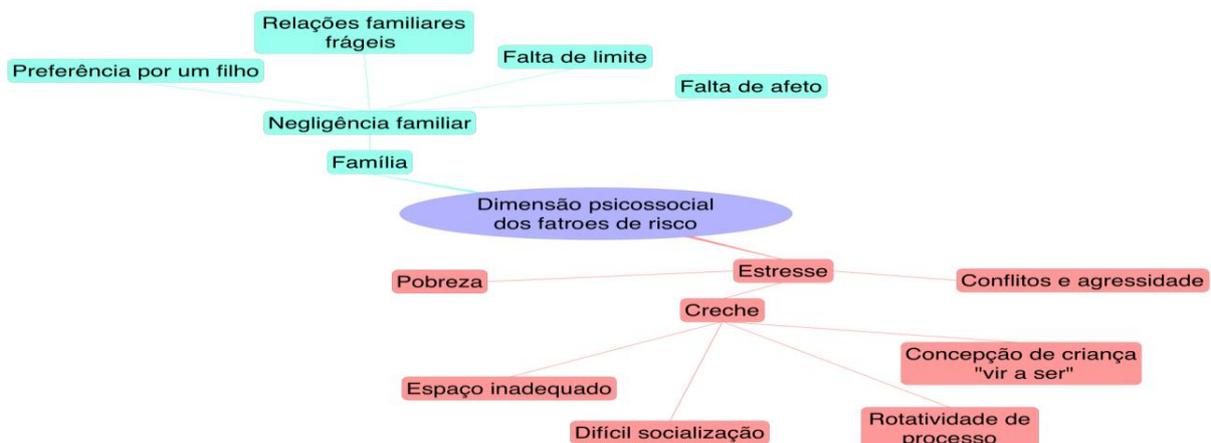
Os fatores de risco de ordem pessoal expressos no comportamento manifesto pela criança decorrem do distanciamento da família, da pouca comunicação com os pais, da carência de atenção e cuidado, portanto estão situados no ambiente familiar e se relacionam diretamente às características maternas e paternas.

Faedi (2004, p.11) afirma que:

[...] a família tem apresentado dificuldades em conciliar e harmonizar os tempos dos pais com os tempos dos filhos, sobretudo na organização da rotina de trabalho, da frequência e acompanhamento escolar, dos compromissos sociais e do lazer.

Nas comunicações e narrativas não se percebeu a presença de fatores de risco de natureza genética, tais como: desordens afetivas dos pais, déficit de atenção e isolamento, e sim fatores de natureza psicossocial causadores de estresse e que oferecem risco ao desenvolvimento, como mostra a figura abaixo:

**Figura 01 – Dimensão psicossocial dos fatores de risco ao desenvolvimento da criança.**



Fonte: Elaborada pela autora.

Essa figura foca aspectos pertinentes à dimensão psicossocial, destacando o papel da família como causadora de estresse gerado pelas circunstâncias, condições de vida e negligências que geram conflitos familiares, falta de limites, demonstração de preferência por um dos filhos, falta de afeto, que geram por outro lado, as crianças apáticas ou agressivas, sem expectativas e sem limites apresentam dificuldades de aprendizagem e de socialização.

Há de buscar-se mecanismos que superem as fragilidades dos laços familiares, quais sejam: a perda gradual da autoridade paterna, o distanciamento da figura materna do núcleo familiar, mesmo que demande uma proposta de ação junto à família. Mostra, ainda, fatores de natureza psicossocial como a família desestruturada, o desemprego, a pobreza, a dificuldade de acesso à saúde e educação, ressaltando por outro lado, os fatores de risco de natureza genética, tais como: pais com desordens afetivas, esquizofrenia, desordens antissociais, hiperatividade, déficit de atenção e isolamento, o que tornam as crianças potencialmente vulneráveis aos eventos estressores, consideradas, portanto, crianças em situação de risco para o seu desenvolvimento.

Os estudos realizados por Kooller (1999) mostram que uma criança que nasce em um lar violento está exposta a fatores de risco ao seu desenvolvimento; de modo geral, mesmo não sendo vítima direta da violência, ela pode apresentar problemas de comportamento em decorrência da exposição à violência conjugal.

A autora afirma que os conflitos interparentais e as atitudes segregadoras, praticadas frequentemente no seio da família, provocam uma mistura complexa de adversidades crônicas, considerados como “eventos estressantes” que se constituem fatores de risco ao desenvolvimento.

Segundo Martinez e Simão (2004) a Psicologia do desenvolvimento humano, caracterizada pela produção de sentidos subjetivos, evidencia a importância das relações precoces e do impacto decisivo e duradouro no desenvolvimento da criança, destacando como função materna o envolvimento no cuidado do filho e a função paterna, abarcando os elementos que eventualmente possibilitam à criança assumir seu lugar na sociedade como ser humano.

Nesse sentido, Dias (2007, p. 407) reforça a responsabilidade dos pais em relação à educação dos filhos ao afirmar que a convivência dos filhos com os pais não é direito do pai, mas do filho. Com isso, quem não detém a guarda tem o dever de conviver com ele. Não é

direito de visitá-lo, é obrigação de visitá-lo. O distanciamento entre pais e filhos produz sequelas de ordem emocional e reflexos em seu desenvolvimento, pois o sentimento de abandono pode deixar reflexos permanentes na vida de uma criança.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As representações sociais dos professores de creches sobre os fatores de risco ao desenvolvimento da criança, identificadas na pesquisa, mostram a dimensão psicossocial como preponderante, debitando à família as manifestações de negligência pela fragilidade das relações parentais, falta de limites, falta de demonstração de afeto e também o estresse gerado pela pobreza, desemprego, tidos como ameaças, perigos ao desenvolvimento.

As representações de fatores de riscos atreladas às situações psicossociais são recorrentes à falta de afeto, de atenção, de limites; ausência dos pais nos cuidados com os filhos, desestruturação familiar, discórdia na família, separação dos pais; privação de cuidados maternos, maus tratos emocionais, agressões no lar, pais usuários de drogas, conduta negligente dos pais, maus tratos físicos etc.

As diversas mudanças da sociedade, o tempo histórico e os avanços tecnológicos interferem na forma como a criança é vista pelos professores, deixando visíveis os dilemas da família contemporânea, sobrepondo-se à visão biomédica, presente nas pesquisas realizadas até a década de 80.

Nesse sentido, considerar a forma como os adultos percebem a criança e os fatores de risco ao seu desenvolvimento demanda refletir sobre os significados atribuídos de forma coletiva fazendo a conexão entre o “sabido”, “experiência” e o “concebido” por determinado grupo, partindo de conversas e discussões que dão corpo à dimensão conceitual. Mas, o respeito a essas culturas fica distantes dos espaços familiares e escolares, cuja visão adultocêntrica prevalece no cotidiano das relações.

As ideias recorrentes dos professores sobre os fatores de risco são materializadas, ou objetivadas e visivelmente percebidas nas imagens de “famílias desestruturadas”, “famílias incompletas”, “pais negligentes”, “pais imaturos”, aliando, de certa forma a conceitos de família nuclear como modelo exemplar para a procriação e a educação, ao mesmo tempo evidencia a falta de uma referência familiar, da imposição de regras e limites; a carência de

atenção e afeto pode servir de ameaça ou ser identificada como fator de riscos psicossociais que podem gerar comportamentos desadaptados e intervir no desenvolvimento da criança.

**Recebido em: Março de 2016**

**Aceito em: Maio de 2016**

## REFERÊNCIAS

- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2008.
- BAUMAN, Z. **Amor líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.
- BILAC, E. D. Família: algumas inquietações. In: BILAC, E. D. **A família contemporânea em debate**. São Paulo: EDUC /Cortez, 2003.
- BRONFENBRENNER, U. **A ecologia do desenvolvimento humano: experimentos naturais e planejados**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.
- BRONFENBRENNER, U. **Bioecologia do desenvolvimento humano: tornando os seres humanos mais humanos**. Trad. Técnica: André de Carvalho Barreto. Porto Alegre: Artmed, 2005.
- CECCONELLO, A. M.; KOLLER, S. H. Psicologia: reflexão e crítica. **Revista Psicol. Reflex. Crit.**, v. 21, n.1, Porto Alegre, 2003.
- DESSEN, M. A.; POLONIA, A. da C. A Família e a Escola como contextos de desenvolvimento humano. **Paidéia**, v. 17, n. 36, p. 21-32, 2004.
- DIAS, Juliani Marcondelli-**Fatores de risco e fatores de proteção ao desenvolvimento infantil**-Temas em Psicologia v.13n. 2 ,2007
- FAEDI, G. Introdução. In: BONDIOLI, A. (Org.). **O tempo no cotidiano infantil: perspectivas de pesquisa e estudo de casos**. São Paulo: Cortez, 2004.
- GARMEZY, N. Resiliency and vulnerability to adverse developmental outcomes associated with poverty. *América Behavioral Cientista*, 34, 416-430. In: DIAS, J. M. Fatores de risco e fatores de proteção ao desenvolvimento infantil: uma revisão da área. **Temas em Psicologia**, v.13, n.2, 2000.
- GATTI, B. A. **Grupo focal na pesquisa em ciências sociais e humanas**. Brasília: Líber Livro, 2005.
- GRUNSPUN; SAPIENZA, G. Violência e resiliência: a criança resiliente na adversidade. **Bioética**, v. 10, n. 163, 2003
- HAGGERTY, R. J. et al. **Stress, risk and resilience in children and adolescents: process, mechanisms and interventions**. New York: Cambridge University Prehorowitz, 2000.
- HINTZ, H. C. Novos tempos, novas famílias? Da modernidade à pós-modernidade. **Pensando Famílias**, n. 3, p. 8-19, 2001.

- HUTZ, C. S. **Prevenção e intervenção em situações de risco e vulnerabilidade**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2000.
- HUTZ, C. S.; KOLLER, S. H.; BANDEIRA, D. R. **Prevenção e intervenção em situação de risco e vulnerabilidade**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.
- KOOLLER, S. H. Uma família em situação de risco: resiliência e vulnerabilidades-interface. **Revista de Psicologia**, v. 2, n. 1, p. 81-85, 2006.
- KUCZYNSKI, E; ASSUMPÇÃO, F. B. **Situações psicossociais na infância e na adolescência**. São Paulo: Atheneu, 2008.
- LAING, R. D. **A política da família**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes Editora, 1983.
- MARTINEZ, A. M.; SIMÃO, L. M. **O outro no desenvolvimento humano: diálogos para a pesquisa e a prática profissional em psicologia**. São Paulo: Pioneira Thompson Learning 2004.
- MELO, A; COLS. **A resiliência: descobrindo as próprias fortalezas**. São Paulo: Artmed, 1999.
- REPPOLD, J. C.; HUTZ, C. Adoção: fatores de riscos e proteção à adaptação psicológica. In: HUTZ, C. S. (Org.). **Situações de risco e vulnerabilidade na infância e na adolescência: aspectos teóricos e estratégias de intervenção**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002.
- ROMANELLI, G. Famílias de camadas médias: a trajetória da modernidade. 1987. **Tese de doutorado** (Doutorado em Ciência Social – Antropologia Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.
- RUTTER, M. Resilience in the face of adversity: Protective factors and resistance to psychiatric disorder. **British Journal of Psychiatry**, v. 147, p. 598-611, 1985.
- SARTI, C. A. Família e individualidade: um problema moderno. In: SARTI, C. A. **A família contemporânea em debate**. São Paulo: EDUC /Cortez, 2003.
- SZYMANSKI, H. Resiliência: noção, conceitos afins e considerações críticas. In: DIAS, Joviane M.; WILLIAM, M.A M.; TAVARES, J. (Org.). **Fatores de risco e fatores de proteção ao desenvolvimento infantil: uma revisão da área resiliência e educação**. São Paulo: [s.n.], 2000.
- TÁVORA, M. T. Evolução e crescimento de pais e filhos: Mudanças necessárias nessa relação. **PSICO 34(1)**, 23-38, 2003.
- VYGOTSKY, L.S- A formação social da mente. São Paulo : Martins Fontes 1983.
- YUNES, M. A. M.; SZYMANSKI, H. Resiliência: noção, conceitos afins e considerações críticas. In: TAVARES, J. (Org.). **Resiliência e educação**. São Paulo: Cortez, 2000.
- YUNES, M. A. M. A questão triplamente controvertida resiliência em famílias de baixa renda. **Tese de Doutorado**, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2001.
- ZANETTI, Sandra – Efeitos da fragilização dos papeis parentais em determinados comportamentos de crianças –Dissertação de Mestrado- Instituto de Psicologia USP-SP, 2008.